

ANÁLISE SOBRE A IMPORTÂNCIA DA IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO ATUAL CENÁRIO BRASILEIRO

Maria Ingridy Lacerda Diniz¹; Cinthia Maria de Abreu Claudino²; Thiago de Sá Sena³; Yuri Thomas Neves⁴; Laércio dos Santos Leal⁵.

¹Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – Email: ingridy_m12@hotmail.com;

²Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – Email: cinthiamariaac@hotmail.com;

³Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – Email: tg777@hotmail.com;

⁴Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – Email: yuutomaz@hotmail.com;

⁵Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – Email: laercioeng@yahoo.com.br.

Resumo: As unidades de conservação possuem um papel crucial no processo de preservação e proteção ao meio ambiente. A implantação de áreas de preservação como estas podem possuir diversos pontos positivos, sejam eles do ponto de vista ecológico, social e até mesmo financeiro. O presente trabalho buscou realizar uma sondagem de dados a partir de um levantamento dos aspectos positivos que a implantação de uma unidade de conservação traz para a sociedade na qual está inserida, bem como congrega dados da situação atual das áreas de preservação da Caatinga e analisar os principais problemas enfrentados neste Bioma bem como promover as possíveis soluções para os mesmos.

Palavras-chave: Unidades de Conservação, Caatinga, Benefícios.

Abstract: The units of conservation play a crucial role in the preservation process, and environmental protection. The implementation of conservation areas as these can own different strengths and can be ecologically, socially and even financial. This study attempts to make a survey of data from an assessment of the positive aspects that deployment of a conservation unit brings to the society in which it operates and congregate data from the current situation of conservation areas of Caatinga and analyze the main problems faced in this biome and promote possible solutions to them.

Key Words: Conservation Units, Caatinga, Benefits.

1. INTRODUÇÃO

O território brasileiro possui grande diversidade de fauna e flora. O país, por sua vez, vem sofrendo perdas significativas dessa sua biodiversidade. Esse fator pode ser acarretado devido a diversos princípios, dentre eles destacam-se o significativo crescimento populacional, a diligência crescente por carvão mineral, e até mesmo as grandes gafes nos processos de agricultura e reflorestamento.

Diante disso, existe a necessidade de tentar minorar esses impactos ambientais. Uma das alternativas para isso é a criação de Unidades de Conservação (UC's), que por sua vez, necessitam de completo apoio social para que sua finalidade seja bem sucedida.

As UC's são regiões geográficas designadas para a preservação de ecossistemas naturais. Suas limitações são bem definidas e são administradas sob um regime diferenciado, cujas principais propostas são: minimizar os efeitos da degradação biológica, assegurar proteção e preservação das espécies ameaçadas de extinção e favorecer o desenvolvimento sustentável do uso das riquezas naturais.

Tais unidades podem ser criadas por iniciativa do poder público (municipal, estadual ou federal), seguindo o princípio de conservação e preservação do meio ambiente, de maneira que seja possível a consonância entre a prosperidade socioeconômica e cultural com a utilização procedente dos recursos naturais. Ademais, as Áreas de Proteção Ambiental (APA) são classificadas como de Uso Sustentável, cujo objetivo é realizar a preservação da natureza de acordo com a utilização sustentável dos recursos naturais.

As Unidades de Conservação têm protegido os recursos ambientais brasileiros 1934, quando foi inaugurada a Floresta Nacional de Lorena (SP). Desde então, as áreas de UC's apresentam constante crescimento, resultando em torno de 1,5 milhões de km², cerca de 16,6% do território nacional. Essas dimensões estão distribuídas em 81 unidades municipais, 503 estaduais e 310 federais, (WPDA, 2010).

As vistorias nesse setor são feitas a partir da Percepção Ambiental, que é um mecanismo usado em várias áreas de conhecimento a fim de melhorar a qualidade de vida de todos os seres vivos, podendo genericamente ser considerada como a percepção e qualificação

do ambiente no qual se está inserido, desenvolvendo maneiras de como proteger o mesmo. (MARIN et al., 2003).

Assuntos como este requerem grande atenção de pesquisas e estudos que avaliem as ações humanas sobre o meio ambiente.

2. UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL

O Brasil abrange em seu território seis biomas de significativa relevância: a Mata Atlântica, o Cerrado, a Amazônia, o Pantanal, os Campos Sulinos e a Caatinga, que por sua vez, será destacado posteriormente.

Diante do atual modelo econômico-social de desenvolvimento, grande parte dessa biodiversidade apresenta-se em risco quanto a sua existência. A partir dessa situação foi criado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), que foi instituído pela Lei Federal 9.985/2000 e que proporcionou diversas normas e regulamentos que visavam o melhoramento do manejo e da logística de todas as regiões defendidas do Brasil. A lei ainda busca incentivar os órgãos municipais e estaduais à criação de Unidades de Conservação, para poder assim, ajudar no cumprimento dos objetivos traçados em relação à preservação da biodiversidade.

Em consequência da grande heterogeneidade de situações apresentadas no país, o SNUC observou a necessidade da divisão das Unidades de Conservação em dois grupos: as Unidades de Conservação de Proteção Integral, que objetivam a preservação da natureza em regiões em que a ação humana é mínima ou até mesmo inexistente, cuja utilização direta dos recursos naturais não é permitida, e as Unidades de Conservação de Proteção de uso Sustentável, que pretendem concatenar a conservação da natureza com o uso controlado dos recursos naturais.

É importante também destacar as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) que são as áreas de proteção à natureza em propriedades privadas, criadas mediante a iniciativa voluntária dos proprietários. Em tais unidades de conservação só são permitidas atividade turísticas ecológicas, pesquisas e educação ambiental.

Torna-se indispensável, de acordo com o SNUC, que todas as UC's possuam um Plano de Manejo. Nele precisam estar contidos os corredores ecológicos e a zona de amortecimento, que corresponde à área do entorno da unidade de proteção, cujas atividades e usos devem ser conciliáveis com a preservação ambiental.

3. EFICIÊNCIA ECONÔMICA DA IMPLANTAÇÃO DE UC'S

Acredita-se que o baixo investimento em unidades de conservação no Brasil ocorra devido à falta de informações sobre o retorno monetário que essas áreas podem gerar se forem implantadas de fato.

Possibilitar o funcionamento do SNUC é de grande importância não só para assegurar a preservação e o uso sustentável dos recursos naturais, mas também para a promoção de um progresso econômico-social no país tanto em médio quanto em longo prazo. Essas áreas são de grande importância econômica, pois geram oportunidades de negócios locais e regionais que proporcionam serviços ambientais para a sociedade.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (2011), afirma que o turismo nos 67 Parques Nacionais possui potencial para gerar entre de R\$ 1,6 bilhão e R\$ 1,8 bilhão por ano; já a visitação nos 144 Parques Estaduais apresenta capacidade de atrair cerca de 1,4 milhão de pessoas, o que pode gerar em torno de R\$ 90 milhões a R\$ 103,3 milhões.

Em relação a quantias economizadas, é destacado pelo SNUCN (2011) que a criação e manutenção das unidades de conservação evitaram a emissão de pelo menos 2,8 bilhões de toneladas de carbono, que se estima que equivalem a cerca de R\$ 96 bilhões.

Na maior parte das unidades de proteção é permitido uso econômico de diversas formas, podendo proporcionar até mesmo efeitos positivos de imediato à economia da região. É nítido que esses usos econômicos possuem suas restrições, porém, de alguma forma contribuem para o desenvolvimento local.

De acordo com o SNUCN, em 88,3% das áreas protegidas são permitidas atividades como turismo, extrativismo, produção florestal, podendo até mesmo serem permitidas atividades como agricultura e outras de baixo impacto ambiental.

4. SITUAÇÃO ATUAL DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA CAATINGA

A Caatinga, localizada no semiárido, é considerada a eco-região brasileira mais afetada pelas ações humanas. Além de cobrir cerca de 11,67% do território nacional, como mostrado na Figura 01, é um bioma unicamente brasileira. Embora possua tamanha imensidão, apenas 3,56% dela está situada em Unidades de Conservação a nível federal e destes, apenas 0,87%

consideradas unidades de utilização indireta, como reservas biológicas e parques nacionais (SILVA, 2004).



Figura 01 – Mapa do Semiárido brasileiro/ Localização da Caatinga
Fonte: Agência Nacional de Águas (ANA) / Ministério da Integração (MI).

A Grande maioria dessas Unidades de Conservação existentes na região, expostas na Tabela 1, possuem certos impasses, desde aspectos elementares, como a conjuntura fundiária, quanto em relação ou funcionamento e a falta do plano de manejo. Logo, não se nota somente a necessidade da criação de novas unidades de conservação para a Caatinga, mas também, assegurar o funcionamento das reservas já existentes.

Tabela 01 – Unidades de Conservação existentes na Caatinga

Nome	Área (ha)	UF	Vegetação predominante	Ecótonos
PN da Serra da Capivara	100.000	PI	Caatinga	-
PN de Sete Cidades	7.700	PI	Cerrado/ Caatinga	-
PN Serra das Confusões	502.411	PI	Cerrado	Caatinga
PN Chapada Diamantina	152.000	BA	Caatinga	Mata de encosta
PN Caverna do Peruaçu	56.800	MG	Cerrado/ Caatinga/Mata Seca	-
PN de Ubajara	583	CE	Mata de encosta	Caatinga 5-10%
EE do Seridó	1.166	RN	Caatinga	-
EE de Aiuaba	?	CE	Caatinga	-
RB de Serra Negra	1.100	PE	Brejo	Caatinga 20%
RB de Pedra Talhada	4.469	AL	Mata Atlântica	Caatinga 20%

REc Raso da Caatinga	99.772	BA	Caatinga	-
APA Chapada do Araripe	1.063.000	CE	Carrasco/Cerradão/ Caatinga	-
APA Serra da Ibiapaba	1.592.550	PI/C E	Cerrado/ Mata úmida	Caatinga 30%
FLONA Contendas do Sincorá	11.034	BA	Caatinga	-
ARIE Cocorobó	7.500	BA	Caatinga	-
ARIE Vale dos Dinossauros	?	PB	Caatinga	-
Parque Ecológico do Cabugy	2.164	RN	Caatinga	-
Parque Estadual Florêncio Luciano	?	RN	Caatinga	-
APA Piquirí-Uma	?	RN	Caatinga	-
APA Gruta dos Brejões/ Varedas do Romão Gramancho	11.900	BA	Caatinga	-
APA Marimbus/Iraquara	125.400	BA	Caatinga	-
APA Lagoa Itaparica	78.450	BA	Caatinga	-
APA Dunas e Veredas do Baixo e Médio S. Francisco	1.085.000	BA	Caatinga	-

Fonte: UCC – 2000.

Segundo Schober (2002), o uso inadequado dos recursos da Caatinga, tem provocado danos invertíveis a este Bioma. Este autor também relata que o surgimento de áreas desertificadas chegam a cerca de 15%, e as consequências do excesso do extrativismo predatório são visíveis como danos irreversíveis da diversidade da fauna e flora local. É explícito também a acelerada erosão e a redução na fertilidade do solo e na qualidade da água, tornando-se assim prejudicial tanto a vida dos animais, quanto até mesmo a vida humana da região.

De acordo com os dados fornecidos pela UCC (2010), a caatinga atualmente dispõe de 16 unidades de conservação federais e 07 estaduais, sendo que metade dessas unidades federais detém somente formações da Caatinga.

Neste contexto destaca-se o conceito de Unidades de Conservação de uso indireto, que são denominadas aquelas cujas únicas atividades que são permitidas são as com a finalidade científica, educacionais e recreativas (apenas em parques nacionais). Somente metade das unidades presentes na Caatinga é de uso indireto. Nelas, assim como nas outras, não é autorizada a utilização da terra para fins econômicos diretos.

Grande parte dos problemas enfrentados por estas unidades vêm da escassez de verba e da grande burocracia por parte do poder público que se tornam prejudiciais ao funcionamento, manejo e fiscalização dessas áreas.

Além desses problemas outras intervenções são citadas pela UCC (2010), como a ocupação das áreas protegidas por parte de gado bovino, contaminação das águas por meio de lixo orgânico, degradação do solo através do uso de agrotóxicos e a falta de programas de educação ecológica e ambiental.

Torna-se, portanto, de extrema importância à necessidade de debater tais problemas e examinar possíveis soluções para os mesmos.

5. BENEFÍCIOS DA IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Além de ser um investimento considerado barato quando comparado aos benefícios econômicos e ambientais que as unidades de conservação podem trazer a região onde elas são implantadas, elas possuem diversas outras finalidades que tornam o investimento uma grande alternativa na melhora da preservação ambiental.

Em “Alternativas para manutenção das unidades de conservação da caatinga”, um estudo realizado pela Secretaria de Biodiversidade do MMA, é possível encontrar a informação de que, para a instalação e mantimento de todas as unidades de conservação da Caatinga seriam necessários cerca de 300 milhões de reais. Que, segundo o estudo, é um valor menor do que o de uma construção de médio porte.

A implantação dessas unidades é um ótimo meio de amenizar o processo de desertificação que é considerado acelerado na região. Considerando que os custos necessários para recuperar uma área que foi submetida a esse processo são bem mais altos que o custo de manutenção de uma unidade de proteção, é mais vantajoso que o governo se empenhe na implantação das mesmas. Além do mais, o processo de desertificação compromete a economia da região, a partir da devastação do solo e das águas. Portanto, é notável que a preocupação em conter tal processo seja de grande importância para a sociedade.

O acréscimo dessas unidades de conservação na preservação da Caatinga está prontamente associado ao aumento da capacidade de produção da região juntamente a proteção dos atributos monetários e demais recursos que mantêm a economia e a qualidade de vida da sociedade local. Além disso, essas unidades podem ainda promover um grande acréscimo na economia da região a partir do investimento em pesquisas, do turismo

ecológico, da disseminação de práticas legais, da utilização de espécies nativas como latente econômico-social e diversas outras atividades.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de toda a análise realizada a partir da pesquisa bibliográfica acerca das Unidades de Conservação brasileiras, é importante destacar que esses sistemas de preservação ainda apresentam-se em estado de estabilização no país. Infelizmente, as políticas públicas investem pouco nas áreas de proteção e preservação ambiental. Segundo Maretti, (2001), o gasto brasileiro médio em Unidades de Conservação chega à metade dos investimentos médios de países desenvolvidos, encontrando-se abaixo da média dos países da América do Sul, apontado então como sendo cerca de vinte vezes menos que os países desenvolvidos.

Apesar da notória indispensabilidade da implantação de novas UC's, é de grande relevância manter funcionais as unidades já existentes, garantindo a preservação das espécies do local. Muitas das áreas de preservação não possuem o plano de manejo, o que provoca problemas para a gestão da área, gestão esta que, na maioria das vezes, exclui a população interligada às áreas de conservação.

Em relação ao caso particular analisado, também se notou que é indispensável à criação de novas UC's na caatinga. Donde se destaca o papel das áreas particulares na conservação do bioma. Fazem-se necessárias, recomendações por meio do poder público e até mesmo do privado, para prevenir os problemas mais comuns supracitados das UC's na Caatinga, além da apresentação de novos projetos de implantação e financiamento das áreas protegidas bem como de métodos de ações sociais para ações de preservação e conservação da caatinga, como por exemplo, incentivos a preservação por parte da população local.

7. BIBLIOGRAFIA

SIMÕES, L. L. **UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: CONSERVANDO A VIDA, OS BENS E OS SERVIÇOS AMBIENTAIS.** (WWF-Brasil). São Paulo – 2008.

MARIN, A.A.; OLIVEIRA, H.T.; COMAR, V.Environmental education in a context of the complexity of theoretical perception. *Interciencia*, v.28, n.10, p. 616 – 619, 2003.

SCHOBBER, J. Caatinga: preservação e uso racional do único bioma exclusivamente nacional. In: *Notícias do Brasil. Ciência e Cultura*, v.54, n.2, p. 6 – 7, 2002.



SILVA, M.C.S. et al. Biodiversidade da Caatinga: áreas e ações prioritárias para a conservação. Brasília – DF. Ministério do meio ambiente. UFRB. 2004.(3,65% e 0,8%)

MMA - Ministério do Meio Ambiente – Disponível em < <http://www.mma.gov.br/>>. Acesso em 15/09/2016.

UCC- **UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA CAATINGA** - Documento para discussão no GT estratégia para conservação - Petrolina, 2000.

SNUCN - SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA – Unidades de conservação com cadastro finalizado no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação/MMA até 10/05/2011. Disponível em: < www.mma.gov.br/cadastro_uc

